



## Poder Judiciário

### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

#### PORTARIA Nº 90, DE 5 DE ABRIL DE 2017

A PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base no inc. I do art. 93 da Lei nº 8.112/1990, resolve:

Prorrogar a cessão, ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, até 11 de junho de 2018, do servidor FREDERICO AUGUSTO DE ALMEIDA SANTOS VELLEINICH, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para continuar exercendo o cargo em comissão de Diretor de Divisão, código CJ-01.

Ministra CÁRMEN LÚCIA

#### PORTARIA Nº 91, DE 5 DE ABRIL DE 2017

A PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base no inc. I do art. 93 da Lei nº 8.112/1990, resolve:

Prorrogar a cessão, ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, até 6 de junho de 2018, da servidora MARÍLIA DE SOUZA DE MELLO, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para continuar exercendo a função comissionada de Supervisor de Seção, código FC-05.

Ministra CÁRMEN LÚCIA

#### PORTARIA Nº 92, DE 5 DE ABRIL DE 2017

A PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base no inc. I do art. 93 da Lei nº 8.112/1990, resolve:

Prorrogar a cessão, ao Tribunal Superior Eleitoral, até 12 de maio de 2018, da servidora VIVIANE MONICER, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para continuar exercendo o cargo em comissão de Assessor I, nível CJ-1, da Secretaria de Gestão da Informação.

Ministra CÁRMEN LÚCIA

#### PORTARIA Nº 93, DE 5 DE ABRIL DE 2017

A PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base no inc. I do art. 93 da Lei nº 8.112/1990, resolve:

Prorrogar a cessão, ao Tribunal Superior Eleitoral, até 26 de junho de 2018, da servidora LUCIANA FERREIRA PINTO DA SILVA, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para continuar exercendo o cargo em comissão de Assessor I, nível CJ-1, da Assessoria Especial, da Secretaria-Geral da Presidência.

Ministra CÁRMEN LÚCIA

#### PORTARIA Nº 95, DE 5 DE ABRIL DE 2017

A PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Eletrônico 6265/2016, resolve:

Alterar a Portaria nº 115, de 19 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 23 subsequente, Seção 2, página 54, para incluir o parágrafo único do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.

Ministra CÁRMEN LÚCIA

#### PORTARIA Nº 96, DE 5 DE ABRIL DE 2017

A PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Eletrônico 4205/2017, resolve:

Conceder pensão à viúva ELZA EVANGELISTA MATOS CRUZ, desde 26 de março de 2017, data do óbito do ex-servidor Laudelino Matos Cruz, com fundamento no art. 215, no inc. I do art. 217, e no item 6 da alínea "b" do inc. VII do art. 222, todos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, alterada pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, e no inc. I do § 7º do art. 40 da Constituição Federal, modificada pela Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003.

Ministra CÁRMEN LÚCIA

#### PORTARIA Nº 97, DE 5 DE ABRIL DE 2017

A PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base no inc. II do art. 9º e no inc. I do art. 35 da Lei nº 8.112/1990, resolve, por solicitação do Ministro Alexandre de Moraes, promover as seguintes alterações em seu Gabinete:

Art. 1º Exonerar PRISCILA PY TEIXEIRA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do cargo em comissão de Assistente Judiciário, nível CJ-1.

Art. 2º Nomear:  
I - ANDRÉ ÁLISSON LEAL TEIXEIRA, Analista Judiciário, Área Judiciária, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Ministro, nível CJ-3;

II - PRISCILA PY TEIXEIRA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Ministro, nível CJ-3.

Ministra CÁRMEN LÚCIA

### SECRETARIA

#### PORTARIA Nº 66, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base no caput do art. 38 da Lei nº 8.112/1990 e no art. 123 do Regulamento da Secretaria, resolve:

Art. 1º Dispensar, a pedido, RAPHAEL YANI MARTINS NETO, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do encargo de substituto do Chefe da Seção de Fiscalização Orçamentária e Contábil, nível FC-06, desde 3 de abril de 2017.

Art. 2º Designar SEVERINO DUARTE AMARAL, Analista Judiciário, Área Administrativa, Contabilidade, como substituto do Chefe da Seção de Fiscalização Orçamentária e Contábil, nível FC-06, desde 3 de abril de 2017.

EDUARDO S. TOLEDO

### SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

#### PORTARIA Nº 87, DE 4 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria DG nº 233/2013, com base no inc. II do art. 9º e no inc. II do art. 35 da Lei nº 8.112/1990, resolve:

Art. 1º Dispensar, a pedido, RAPHAEL YANI MARTINS NETO, Técnico Judiciário, Área Administrativa, da função comissionada de Assistente II, nível FC-02, da Seção de Fiscalização Orçamentária e Contábil, desde 3 de abril de 2017.

Art. 2º Designar SEVERINO DUARTE AMARAL, Analista Judiciário, Área Administrativa, Contabilidade, para exercer a função comissionada de Assistente II, nível FC-02, na Seção de Fiscalização Orçamentária e Contábil.

CÍCERO RODRIGUES DE OLIVEIRA GOMES

#### PORTARIA Nº 88, DE 5 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria DG nº 233/2013, com base no inc. I do art. 35 da Lei nº 8.112/1990, resolve, por solicitação do Ministro Alexandre de Moraes:

Dispensar ANDRÉ ÁLISSON LEAL TEIXEIRA, Analista Judiciário, Área Judiciária, da função comissionada de Assistente III, nível FC-03, de seu Gabinete.

CÍCERO RODRIGUES DE OLIVEIRA GOMES

### TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

#### PORTARIA Nº 281, DE 5 DE ABRIL DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 3º da Resolução nº 23.418, de 16 de dezembro de 2014, resolve:

Designar a Doutora CLÁUDIA SILVIA DE ANDRADE FREITAS, Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Águas Lindas de Goiás, para atuar como Juíza Auxiliar no Gabinete da Presidência deste Tribunal e para exercer as funções de Ouvidora do Tribunal Superior Eleitoral.

Ministro GILMAR MENDES

### SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

#### PORTARIA Nº 142, DE 5 DE ABRIL DE 2017

A PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da atribuição conferida pelo art. 21, XXV, do Regimento Interno e considerando o disposto na Portaria STJ n. 118 de 11 de maio de 2011, no art. 33, VIII, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nos processos abaixo discriminados, resolve:

Art. 1º Declarar vagos, com efeitos a partir das datas especificadas, os cargos de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do quadro de pessoal deste Tribunal ocupados pelos servidores adiante mencionados, em decorrência de posse em outro cargo público inacusável.

PROCESSO	NOME	DATA
STJ 15576/2016	EDILEY EMERSON DE PAULA	8/3/2017
STJ 7987/2016	DANIEL ESTRELA DOS SANTOS	23/3/2017

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra LAURITA VAZ

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 31, de 2014, combinado com o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, e tendo em vista o que consta no processo eletrônico número 829111, resolve:

Nº 1.675 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, MONTSERRAT GONZALEZ BEVILAQUA, matrícula nº 236072, do cargo, em comissão, de ASSESSOR PARLAMENTAR, SF02, do órgão GABSEN/GSMSUP - Gabinete da Senadora Marta Suplicy.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 31, de 2014, combinado com o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, e tendo em vista o que consta no processo eletrônico número 829113, resolve:

Nº 1.676 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, SIMONE SOUZA GUIMARAES, matrícula nº 303826, do cargo, em comissão, de AJUDANTE PARLAMENTAR JÚNIOR, AP-01, do órgão GABSEN/GSAGUR - Gabinete do Senador Acir Gurgacz.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 31, de 2014, combinado com o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, e tendo em vista o que consta no processo eletrônico número 829130, resolve:

Nº 1.677 - exonerar BRUNO JOSÉ BANDIM OLÍMPIO, matrícula nº 239449, do cargo, em comissão, de AUXILIAR PARLAMENTAR JÚNIOR, AP-05, do órgão COMPER/CI - Comissão de Serviços de Infra-estrutura, e nomear para ocupar o mesmo cargo do órgão COMPER/CAE - Comissão de Assuntos Econômicos.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 31, de 2014, combinado com o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, e tendo em vista o que consta no processo eletrônico número 829132, resolve:

Nº 1.678 - exonerar JOÃO PAULO MENDES MADRUGA, matrícula nº 189562, do cargo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR SÊNIOR, AP-12, do órgão COMPER/CI - Comissão de Serviços de Infra-estrutura, e nomear para ocupar o mesmo cargo do órgão COMPER/CAE - Comissão de Assuntos Econômicos.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 31, de 2014, combinado com o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, e tendo em vista o que consta no processo eletrônico número 829135, resolve:

Nº 1.679 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, GILTON SANTOS SILVA, matrícula nº 237430, do cargo, em comissão, de AUXILIAR PARLAMENTAR INTERMEDIÁRIO, AP-06, do órgão GABSEN/GSBLIR - Gabinete do Senador Benedito de Lira.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 31, de 2014, combinado com o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, e tendo em vista o que consta no processo eletrônico número 829148, resolve:

Nº 1.680 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, JAIME DE SOUZA, matrícula nº 297050, do cargo, em comissão, de ASSESSOR PARLAMENTAR, SF02, do órgão GABSEN/GSDBERGE - Gabinete do Senador Dário Berger.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 31, de 2014, combinado com o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, e tendo em vista o que consta no processo eletrônico número 829152, resolve:

Nº 1.681 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, JOSÉ AUGUSTO CARVALHO SILVA, matrícula nº 237179, do cargo, em comissão, de AJUDANTE PARLAMENTAR SÊNIOR, AP-04, do órgão GABSEN/GSVALV - Gabinete do Senador Vicentinho Alves.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 31, de 2014, combinado com o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, e tendo em vista o que consta no processo eletrônico número 829166, resolve:

Nº 1.682 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, CLAUDIANA MESSIAS DE OLIVEIRA, matrícula nº 238548, do cargo, em comissão, de AUXILIAR PARLAMENTAR PLENO, AP-07, do órgão GABSEN/GSVALV - Gabinete do Senador Vicentinho Alves.

MARCIO TANCREDI